AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E INUNDAÇÕES

SANTO ANDRÉ - SP

Dezembro 2012

Predomínio de
Risco Alto - R3

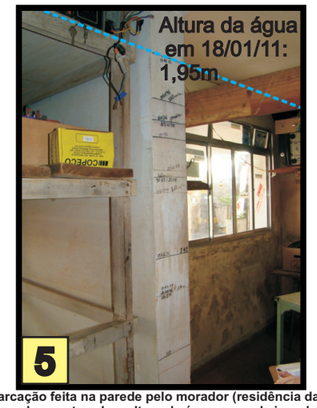
Setor SP_SA_SR_02_CPRM
Vila América
UTM (Datum WGS84) 23K 345870 m E 7381932 m S

Uma das residências mais gravemente afetadas, onde a água já chegou a 1,95m.

Visão geral da rua Nilo Peçanha.

Detalhe da elevação das residências, na tentativa de evitar a entrada da água.

Rua Nilo Peçanha.



Marcação feita na parede pelo morador (residência da figura 1), demonstrando a altura da água em cada inundação.

Delimitação do setor risco com a área de abrangência

Sentido da drenagem e/ou águas pluviais

Ponto de Referência (Coordenadas UTM)

Descrição: Casas de médio e alto padrão na planície de inundação do Córrego Guarará, através de aterramento para construção de ruas, acessos e casas. A área em questão fica abaixo do nível da Marginal Guarará, onde o nível da água já chegou a quase 2 metros, levando até 4h para escoar. Situação de Risco Alto. A última enchente ocorreu em 17/01/2012. **(Fig. 1 a 5)**

Tipologia dos Processos Observados e/ou Potenciais:
INUNDAÇÕES RECORRENTES: Ocupação de planície de inundação, com histórico de inundações recorrentes. O avanço das ocupações na direção do rio evidencia um agravamento do risco em médio a curto prazo, a depender das variações climáticas

Quantidade de imóveis em risco: Aprox. 150 residências
Quantidade de pessoas em risco: Aprox. 750 pessoas

Sugestões de Intervenções de Engenharia:

• Estudo de viabilidade da remoção das moradias localizadas mais próximas às margens dos cursos d'água;
•Remoção temporária dos moradores mais afetados em épocas de enchentes;
•Vistorias sistemáticas de engenharia nas estruturas das residências construídas nas margens do rio.

Sugestões de Intervenções Institucionais

•Implantação de políticas de controle urbano para evitar construções e ocupações em áreas de proteção permanente (APP);
•Coleta de lixo adequada (reciclagem/cooperativas) , educação sanitária e ambiental;
• Realização de estudos hidrológicos para definir a área de alcance das inundações e a área onde pode ser permitida a ocupação segura;
•Desassoreamento de trechos do leito do córrego;
• Implantação de políticas rígidas de controle urbano, com fortalecimento da Defesa Civil e da fiscalização de áreas de risco. A lei 12.608/12 tem cobrança já a partir de 2013 e sugere uma nova postura por parte dos prefeitos na gestão do Risco.

EQUIPE TÉCNICA
Deyna Pinho
Maria Cecília Silveira
Geologos/Pesquisadores em Geociências